

— 276 —

nhar à Mesa projeto de lei que concede ágio especial na importação dos aparelhos de raios X, tubos de raios X, válvulas retificadoras, chassis, écrans reforçadores, colgaduras para revelação, soluções e sais de revelação e fixação, isotopos radioativos de emprego clínico, medidores da radioatividade.

Assim o fazemos, atendendo a apêlo de tóda a classe médica do Brasil, principalmente dos hospitais e casas de saúde, que se encontram em dificuldade para a aquisição de chapas de raios X. — *(Muito bem)*.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o nobre Deputado Emival Caiado, por cessão do illustre Deputado Passos Pôrto.

O SR. EMIVAL CAIADO — *(Para uma comunicação)* * — Senhor Presidente, penso ser sobremaneira oportuno dar conhecimento à Casa e à Nação do manifesto do Bloco Parlamentar Mudancista. Tratando-se de documento da mais alta importância, uma vez que assinado pela maioria dos Deputados com assento nesta Casa, tenho a honra de, na qualidade de Presidente desse bloco, passar à sua leitura:

"MANIFESTO AO POVO BRASILEIRO

Os parlamentares abaixo-assinados, constituídos em "Bloco Parlamentar Mudancista", independentemente de divisas partidárias, julgam de seu dever dirigir à Nação uma Mensagem de esclarecimento e de confiança, no momento em que decidem renovar e intensificar a luta pela transferência da Capital da República.

1 — Consideram que o Brasil já atingiu plena consciência no sentido da sua integração territorial, política, econômica e social e que a inte-

riorização da sede do Governo representa o mais alto objetivo deste momento histórico.

2 — Sob o aspecto geográfico, a localização da Capital da República, no eixo continental do País, possibilita o domínio de imensa faixa territorial até hoje abandonada e a sua transformação do estado potencial em efetivo contingente do Poder Nacional.

A Região Amazônia, que representa 59,38% da área total do País, com uma população que não chega a atingir um habitante por quillômetro quadrado, não obstante as suas incalculáveis possibilidades, constitui ainda hoje um problema e um perigo à integridade nacional, face à conjuntura geopolítica do mundo contemporâneo.

A coincidência da sede da Nova Capital com o centro de formação das três grandes bacias hidrográficas, do Amazonas, do Prata e do São Francisco, permite novas linhas de penetração para enormes áreas despovoadas, de fácil exploração extrativa e agropastoril. Além disso, a construção de rodovias, ferrovias e aeroportos, já planejados e em fase de execução, estabelece a indispensável ligação dos centros econômicos do País, para a circulação e o aproveitamento das riquezas nacionais.

3 — No sentido sócio-econômico, a interiorização da capital se impõe como decisivo instrumento para corrigir o contraste econômico, o desnível humano, a disparidade de estruturas sociais, em síntese, o desequilíbrio total, que nos perturba e retarda.

Recomenda-se ainda como um forte estímulo à reforma agrária pela ocupação da imensa área de terras devolutas do

* Não foi revisto pelo orador.

— 277 —

Brasil Central e pela valorização decorrente da subdivisão dos latifúndios e da formação de pequena propriedade.

Por outro lado, a função civilizadora da sede do Governo serve de equilíbrio entre o litoral, de moderna civilização, especialmente no eixo industrial, Rio—São Paulo, e o interior, em flagrante contraste, com dois terços do nosso território em estágio de subdesenvolvimento.

Brasília está situada no maior centro pecuário do País, que reúne dois terços do rebanho nacional, fato que determina a formação de novo mercado consumidor e exige a criação de outros centros de industrialização de matéria-prima.

Como forte apoio de atração, Brasília dará nova orientação às correntes migratórias internas, desviando-se das seduções dos grandes centros metropolitanos para as áreas pioneiras ao longo das estradas de penetração e para os pequenos centros circunvizinhos, das cidades satélites.

4 — Sob o prisma do interesse político, a transferência da capital se justifica como um meio capaz de fortalecer os laços da unidade nacional e permitir a exata observância do regime federativo pela igualdade de tratamento a todos os Estados e entre todas as Regiões, sem a ingrata discriminação entre grandes e pequenos. O Governo próximo e igual para todos, liberto das influências e coações de grupos econômicos poderosos, poderá estimular e desenvolver, de igual modo, a produção e a riqueza, com uniformidade para todas as áreas.

A mudança da Capital importará forçosamente na revisão e modernização da técnica administrativa. Dará lugar a nova organização de pessoal especializado, equipamentos, normas de trabalho e outros

métodos para maior rendimento das práticas do Governo.

Por outro lado e não obstante todas as dúvidas e restrições opostas, a construção de Brasília marcha no ritmo estabelecido e planejado, sem repercussões deficitárias nos orçamentos públicos, face às grandes receitas e ao superávit que resultarão da venda das terras desapropriadas.

O novo Distrito Federal está legalmente adquirido e demarcado, com a área de 5.650 quilômetros quadrados. E a data de transferência já foi estabelecida em lei para 21 de abril de 1960, lei Emival Calado, tudo em decorrência de preceito constitucional reiteradamente estabelecido nas constituições do país e expresso na Carta vigente de 1946.

5 — Vista pelo aspecto de sua repercussão no campo internacional, a obra da transferência da capital criou para o Brasil um compromisso de ordem cultural e moral para todos os Povos.

Tornou-se uma constante do noticiário internacional e está exercendo influência entre algumas nações da América Latina, que passaram a examinar também o problema da sede de suas velhas capitais, para transferi-las e modernizá-las, seguindo o exemplo do Brasil.

Temos sido visitados pelas maiores figuras da política, da economia e da arte do Mundo atual, que têm sido unânimes no louvor ao espírito de determinação de nosso povo.

Recuar a esta altura seria proclamar a nossa incapacidade e falta de fé na "personalidade" do povo brasileiro e no futuro da nossa civilização.

6 — Face ao exposto, os signatários do presente Manifesto, respeitando embora os argumentos dos seus patriotas

— 278 —

que ainda contestam a utilidade e a oportunidade do grande empreendimento, reafirmam o propósito de lutar pela sua efetivação e de facilitar todos os meios e recursos para que o Governo da República, possa consumir a obra que integrará o Brasil no domínio de si mesmo, a 21 de abril de 1960.

Aproveitam esta oportunidade para dirigir um veemente apêlo à colaboração de todas as classes sociais — das forças políticas e econômicas, das classes militares, da mocidade estudiosa, dos trabalhadores e Sindicatos, das elites intelectuais, para que se congreguem e lutem pela realização do nobre sonho de tantas gerações”.

Rio de Janeiro, 21 de abril de 1959. — *Emival Caiado*, Presidente.

Seguem 171 assinaturas.

Era o que desejava dizer. (*Muito bem. Palmas*).

O SR. CARMELO D'AGOSTINO (*Para uma comunicação*) — Senhor Presidente e Srs. Deputados.

Um dos fatos de notória importância é esse que dispõe dos auxílios aos trabalhadores, as leis trabalhistas, como as denominamos, desde que foram sancionadas para atender aos amparos em todos os sentidos aos homens que mourejam nas fábricas ou fora delas, em prol da produtividade econômica do País. São eles os obreiros da nossa riqueza, nêles se acolhe o complemento da prosperidade social, produzindo e consumindo pelo salário que lhes pagamos. Eis, Sr. Presidente, que no trabalhador se promove o rodízio da parcimônia da comunidade. Simples, humilde, trabalhando pela própria subsistência, nesse gesto se acolhe o mais levantado ato de vantagem ao País, mesmo da civilização, uma vez que é pela economia produtora que ela se alcança. Digamos com mais precisão, Senhor Presidente: — Se na natureza a riqueza se faz em estado estático, quem a dinamiza, quem a transforma em utilidades

carreadas ao homem, é o trabalhador. Então, declaremos que por ele se realiza o progresso da Nação, a grandeza da Pátria, como a aspiramos em nossos corações; no trabalhador se ergue a égide deste notável feito, de suas mãos nascem os bens econômicos que atendem às carências de vida da sociedade, como as suas permutas com o mundo, suprindo-nos, assim, de todos os elementos necessários à elevação humana populacional; o Estado se torna forte e respeitado pela sua cooperação, pois quem lhe promove o fortalecimento material, transformando-o também em cultura, é o trabalhador.

Pensamos, Senhor Presidente, ter dito em alinhavadas palavras, face ao curto tempo que nos é dado falar, o que sentimos do nosso trabalhador, para considerá-lo digno de todo o respeito quando é de sua economia que devemos tratar nesta Casa; que saiba êle do reconhecimento que lhe devotamos, dado ao grande esforço à auspiciosidade nacional.

Pois bem, Senhor Presidente e Senhores Deputados. Diante destas considerações de ordem econômico-social, não podemos deixar de pedir à nossa autoridade pública que veto qualquer majoração financeira nos deveres do trabalhador para com os Institutos de Previdência, os IAPS, porque seria não só provarmos o fracasso das suas obrigações, quando é pelo sacrifício pecuniário do trabalhador que pretendem se atendam aos encargos que a lei lhes atribui, como se desconhecer o estado de esgotamento de recursos em que vive agora o nosso assalariado, pois, continua êle na sua odisséia, na eterna caminhada aos maiores salários, para os rudimentares suprimentos à sua subsistência e de seus familiares. Exigindo-lhes maiores pagas para que se cumpra o amparo que lhe é devido, não será a êle só que viremos oprimir em sua economia, mas ao País todo pelo menor poder de aquisição que lhe